

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

Análise e Julgamento de Recursos

Prova/Cargo	Quest.	Nº Inscrição	ANÁLISE	JULGAMENTO
Tec.Enferm.	Q.33	972	Recurso não apresentou argumentação nem referência Bibliográfica conforme requisito do Edital Item 8.4 , "Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido, devidamente fundamentado, COM CITAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA . Edital item 8.8 Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste item não serão avaliados. 8.8.1 Serão preliminarmente indeferidos: b) Pedidos de revisão ou recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos deste Edital ;	INDEFERIDO
Tec.Enferm.	Q.35	1653	O Candidato(a) deve se atentar ao enunciado da questão que se refere quanto a técnica de esterilização que deve ser utilizado, no processo físico, mas para procedimentos de enfermagem considerados "invasivos".	INDEFERIDO
Tec.Enferm.	Q.39	1653/98	Alternativa Correta Letra "C".	DEFERIDO
Tec.Enferm.	Q.40	98	Questão Anulada	DEFERIDO
Mat. Médio	Q.23	275	O candidato(a) não observou o enunciado da questão que pede a alternativa que corresponde a "soma dos módulos das raízes que satisfazem a equação". O candidato deveria encontrar as raízes (-35 e + 35) e somar seus módulos que corresponderia a: $ -35 + 35 = 35+35 = 70$.	INDEFERIDO
Mat.Medio (Prof.NI)	Q.25	2466	Candidato(a) deve estar atento ao enunciado da questão que solicita que seja assinada a alternativa que corresponde ao "Montante" e aos "Juros Totais", respectivamente .	INDEFERIDO
Motorista	Q.03	317	Questão Anulada	DEFERIDO
Motorista	Q.16	317/639/785/ 1270/1529/15 69	Alternativa Correta Letra "C".	DEFERIDO
Motorista	Q.20	317/785/ 1529/1271/ 1387/ 1569/1946	Alternativa Correta Letra "E"	DEFERIDO
Motorista	Q.21	317	A Questão refere-se à medida administrativa aplicada aos veículos reprovados NA "inspeção de segurança" conforme redação do Art. 104 . "Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção , que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído. § 5º Será aplicada a medida administrativa de retenção aos veículos reprovados na inspeção de segurança e na de emissão de gases poluentes e ruído." Ressaltamos que o Artigo Art. 230 apontado pelo candidato refere-se a medida administrativa ao Conduzir o veículo nessas condições:Fonte: LEI	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

			Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	
Motorista	Q.24	05/1946	Redação do CTB - Art. 117. Os veículos de transporte de carga e os coletivos de passageiros deverão conter, em local facilmente visível, a inscrição indicativa de sua tara, do peso bruto total (PBT), do peso bruto total combinado (PBTC) ou capacidade máxima de tração (CMT) e de sua lotação, vedado o uso em desacordo com sua classificação. O candidato deve atentar que segundo o CTB "...deverão conter... do peso bruto total combinado(PBTC) OU Capacidade máxima de tração(CMT)...", a partícula "ou" expressa na redação do código citado permite a interpretação de que esse último não necessariamente deve estar contido no veículo , caso o veículo já contenha o "peso bruto total combinado(PBTC).	INDEFERIDO
Port. Médio	Q.03	2466	Questão Anulada	DEFERIDO
Port. Médio	Q05	822	Segundo o Minimanual de Gramática Maria Cecília Garcia temo: Dígrafo é o encontro de duas consoantes que representam um único fonema. Para entender o dígrafo é preciso recordar que letra não é o mesmo que fonema. Observe as palavras: quente e sequência. A primeira possui o dígrafo "qu". No entanto, a segunda não compreende um dígrafo, uma vez que a vogal "u" é pronunciada.	INDEFERIDO
Port. Médio	Q.07	868/917/1279 /1886	Questão Anulada	DEFERIDO
Port. Médio	Q.08	972	Recurso não apresentou argumentação ou fundamentação nem referência Bibliográfica conforme requisito do Edital Item 8.4 , "Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido, devidamente fundamentado, COM CITAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA . Edital Item.8.8 Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste item não serão avaliados. 8.8.1 Serão preliminarmente indeferidos: b) Pedidos de revisão ou recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos deste Edital ;	INDEFERIDO
Port. Médio	Q.09	868/917/913	Os homógrafos podem ou não coincidir com a pronúncia, sendo que aquelas que são idências na pronúncia diferenciam-se pelo contexto em que são empregados. "Retificação" - A resposta "C" é Verdadeira, como a questão pede a Alternativa "Falsa" a alternativa "E" é a que deve ser marcada , pois há palavras que podem ser homônimas homógrafas e homônimas homófonas ao mesmo tempo, é o que nos afirma Napoleão Mendes de Almeida em sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Segundo ele, o que importa para ser homógrafa é que se escrevam com as mesmas letras e tenham significação diferente. http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&ap	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

			p=assessoriadecomunicacao&tax=13100&lang=pt_BR&pg=5563& taxp=0&http://www.alub.com.br/concursos/concursos/MaterialInterpretacaodeTextosilian.pdf	
Port. Médio	Q.10	2142/2143	<p>O questionamento NÃO PROCEDE. A resposta correta é a letra A, conforme está no gabarito, uma vez que essa alternativa afirma que apenas a proposição I está correta. Isso significa que a banca levou em consideração o erro de concordância da letra B, por isso a resposta certa é letra A. Os dois candidatos fizeram uma interpretação errônea da questão.</p> <p>Conforme MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</p> <p>9.2.1.3. Erros de Paralelismo</p> <p>Uma das convenções estabelecidas na linguagem escrita "<i>consiste em apresentar idéias similares numa forma gramatical idêntica</i>", o que se chama de <i>paralelismo</i>. Assim, incorre-se em erro ao conferir forma não paralela a elementos paralelos. Vejamos alguns exemplos:</p> <p>Errado: Pelo aviso circular recomendou-se aos Ministérios <i>economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas</i>.</p> <p>Nesta frase temos, nas duas orações subordinadas que completam o sentido da principal, duas estruturas diferentes para idéias equivalentes: a primeira oração (<i>economizar energia</i>) é reduzida de infinitivo, enquanto a segunda (<i>que elaborassem planos de redução de despesas</i>) é uma oração desenvolvida introduzida pela conjunção integrante <i>que</i>. Há mais de uma possibilidade de escrevê-la com clareza e correção; uma seria a de apresentar as duas orações subordinadas como desenvolvidas, introduzidas pela conjunção integrante <i>que</i>: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm</p>	INDEFERIDO
Port. Médio	Q. 13	1886	<p>O questionamento NÃO PROCEDE, pois a questão enfatiza que é para considerar a resposta correta, "respeitando-se o padrão culto da língua. Dessa forma, o gabarito está correto, pois, embora o uso tenha consagrado a fusão da preposição de com o artigo a, a norma culta rejeita essa fusão, afirmando que não se deve fazer a contração da preposição de com o artigo que encabeça o sujeito de um verbo.</p> <p>VER: http://www.mundoeducacao.com/gramatica/preposicao.htm</p> <p>Conforme MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</p> <p>9.2.1.1. Sujeito</p> <p>Como dito, o <i>sujeito</i> é o ser de quem se fala ou que executa a ação enunciada na oração. Ele pode ter complemento, mas não <i>ser</i> complemento. Devem ser evitadas, portanto, construções como:</p> <p>Certo: Apesar <i>de a</i> Assessoria ter informado em tempo. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm</p>	INDEFERIDO
Professor NI	Q.31	687/2417	<p>Como sustenta Gadotti (2006) a teoria da modernização não consegue se estabelecer como uma alternativa crítica à teoria da dependência, devida a sua limitação de vincular-se apenas com a ascensão de pessoas das</p>	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

			classes populares por meio da escolarização e formação de quadros técnicos. Esta prática não rompe com as práticas nefastas do capital e a sociedade permanece desigual. Não há uma leitura crítica e uma tentativa de superação do capitalismo na teoria da dependência pois, para se opor a um modelo opressor é preciso superá-lo e não apenas criar estruturas adaptativas e de acomodação ao sistema opressor. Referência: GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro . 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006.	
Professor NI	Q.33	868/687/917 /2123	Alternativa correta letra "C".	DEFERIDO
Professor NI	Q.34	1285/888	Questão Anulada	DEFERIDO
Professor NI	Q.36	2123	O/A candidato(a) não interpretou corretamente a questão. O enunciado pede que ele identifique qual alternativa não representa um NÍVEL EDUCACIONAL. Pois bem, apenas a opção (A) trata de uma modalidade educacional, de acordo com a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: (A) Educação a Distância é uma modalidade e não um nível educacional. Nível classifica, escolariza, enquanto a modalidade se transversaliza pelos níveis, quando necessário. A Educação a Distância é portanto uma MODALIDADE EDUCACIONAL e não um nível. De acordo com o capítulo V da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata dos níveis e modalidade da educação, tal questão, uma vez mais, se consubstancia e afirma sua validade. Afirar que Educação a Distância é uma nível educacional, é tão errôneo e perigoso quanto asseverar que a Educação de Jovens e Adultos, a Educação do Campo, a Educação Especial, a Educação nos Sistemas Prisionais também o são.	INDEFERIDO
Professor NI	Q.36	1826	Apenas a opção (A) trata de uma modalidade educacional, de acordo com a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: (A) Educação a Distância é uma modalidade e não um nível educacional. Nível classifica, escolariza, enquanto a modalidade se transversaliza pelos níveis, quando necessário. A Educação a Distância é portanto uma MODALIDADE EDUCACIONAL e não um nível. De acordo com o capítulo V da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata dos níveis e modalidade da educação, tal questão, uma vez mais, se consubstancia e afirma sua validade. Afirar que Educação a Distância é uma nível educacional, é tão errôneo e perigos quanto asseverar que a Educação de Jovens e Adultos, a Educação do Campo, a Educação Especial, a Educação nos Sistemas Prisionais também o são. <u>Os Artigos 44 e 45 da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 utilizam o termo educação superior. Em toda</u>	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

			a legislação educacional não há unicidade terminológica para Educação ou Ensino Superior. A Educação a Distância é uma modalidade que poderá de servir aos demais níveis e modalidades tais como as Ensino Superior, como também ao Ensino Médio, ao Ensino Fundamental, à Formação e Professores, Etc.	
Português Superior	Nível Q.14	2126	O que as gramáticas afirmam, inclusive as citadas pelo(a) candidato(a), é que os pronomes relativos devem se referir a um termo antecedente, mas não concordar com ele em número e gênero, portanto julgamos o argumento improcedente. Segundo BECHARA (2002, p. 141), “pronomes relativos são os que normalmente se referem a um termo anterior chamado antecedente”.	INDEFERIDO
Português Superior	Nível Q.15	2126	O que as gramáticas afirmam, inclusive as citadas pelo(a) candidato(a), é que os pronomes relativos devem se referir a um termo antecedente, mas não concordar com ele em número e gênero, portanto julgamos o argumento improcedente. Segundo BECHARA (2002, p. 141), “pronomes relativos são os que normalmente se referem a um termo anterior chamado antecedente”.	INDEFERIDO
Professor Matemática	Q.38	538	Questão Anulada	DEFERIDO
Professor Português	Q.36	1232	Questão Anulada por estar fora do conteúdo programático	DEFERIDO
Enfermeiro	Q.40	2433	Embora todos os autores (do MS e da sociedade brasileira de cardiologia) que trabalham o tema hipertensão tragam o limite entre 160 – 179 mmHg para hipertensão moderada (nível II), a candidata tem razão em trazer uma publicação do MS de 2006 que traz apenas como igual ou acima de 160 mmHg como limite. Portanto, a alegação possui sustentação, já que existe tal publicação, o que leva a DEFERIMENTO DO PLEITO . Questão Anulada	DEFERIDO
Nível Superior – Conhecimentos Gerais	Q.29	1921	Em notícia divulgada em 18 julho 2011 (Globo) As reservas confirmadas de petróleo cru da Venezuela ultrapassaram em 2010 as da Arábia Saudita, segundo boletim anual divulgado na segunda-feira pela Organização do Países Exportadores de Petróleo (Opep). Até 2009 , a Arábia Saudita aparecia com o maior volume de reservas. Fonte: http://mercosulcplp.blogspot.com/2011/07/venezuela-ultrapassa-arabia-saudita-em.html	INDEFERIDO
Nível Superior – Conhecimentos Gerais	Q.29	217	O Candidato deve interpretar que as alternativas não necessitam trazer o “nome” “Hugo Chaves” ou “Venezuela” de forma específica em cada, uma vez que Hugo Chaves passou 14 anos no poder da “Venezuela” e as afirmações versam sobre assuntos/fatos tratados durante esse período e sobre a Venezuela.	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

Nível Superior – Conhecimentos Gerais	Q.29	197	Questão Anulada	DEFERIDO
Nível Superior - Informática	Q.21	286/1921	O candidato não se atentou que a fórmula mencionada na questão está TOTALMENTE visível em $fx=(D1*C1)/(A1+B1)$, conforme figura apresentada na questão.	INDEFERIDO
Prof.Inglês	Q.40	286	Questão Anulada	DEFERIDO
Engenheiro Sanitarista	Q.32	0051	A Questão se refere à solução “coletiva” mais econômica e “definitiva” para o abastecimento de água de uma “comunidade”. O candidato(a) argumenta remetendo-se a necessidade de soluções “individuais” para abastecimento de áreas rurais de população mais escassa/dispersa o que foge ao tema proposto uma vez que essa é uma solução “provisória”, enquanto se aguardam soluções mais adequadas. http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/capitulo_2.pdf http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/A61.html	INDEFERIDO
Engenheiro Sanitarista	Q.38	51/1772	Em fase da Alternativa “A” depender de Lei Municipal que “expresse” tal obrigação julgamos a questão dúbia e pela sua anulação.	DEFERIDO
Conhe.Gerais – Nível Superior	Q.26	197	Alternativa Correta Letra “D”.	DEFERIDO
Assistente Social	Q.36	119/969/2235	Conforme afirma “Guimarães, 2000”, O pátrio poder é o conjunto de direitos relativos à pessoa e aos bens do filho com idade inferior a vinte e um anos de idade e que não foi emancipado. O art. 5º. do ECA diz que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado , por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Pode-se verificar que os artigos são claros ao estabelecerem que <i>maus tratos e outros atos que prejudiquem a saúde física, psicológica e até financeira dos filhos <u>devem ser objeto de intervenção judicial no interesse de proteção da criança.</u></i> Em seus arts. 238 e 239 do ECA temos: “Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa. Pena: reclusão de um a quatro anos, e multa. Parágrafo único: Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.” “Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o Exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro: Pena: reclusão de quatro a seis anos, e multa. ”.Na medida em que se considera “Crimes e infrações cometidas contra crianças e adolescentes” e determina penalidade é possível afirma que o mesmo “ <i>Pune o abuso do poder familiar, das autoridades e dos responsáveis pelos(as) reocondicionados(as).</i> ” <i>O Brasil incorporou, em caráter definitivo, o princípio do “melhor interesse da criança” em seu sistema jurídico. Este princípio tem representado um norteador importante para a modificação das legislações internas no que concerne à</i>	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

			<p><i>proteção da infância em nosso continente (PEREIRA, 2000).</i></p> <p>http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id197.htm PAULA INEZ CUNHA GOMIDE. O caminho para a destituição do pátrio poder: um estudo de caso THEOTONIO NEGRÃO, em edição atualizada do Código Civil de 2001, no Capítulo VI, se refere, na Seção II Do Pátrio Poder quanto à pessoa dos filhos, às obrigações daqueles que detêm o pátrio poder: http://eurlenealves.blogspot.com/2012/12/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente.html#!/2012/12/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente.html http://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente</p>	
Assistente Social	Q.40	119/969/2235 /1090	<p>O candidato(a) não pode apenas ater-se a escrita "<i>ipsis litteris</i>" mas também interpretá-lo e observar de que maneira os demais órgãos interpretam o ECA e o acolhem para tomada de decisões. O ECA de fato faz uma distinção entre o Adolescente e a Criança porém considera ambos como menor de idade. Fato esse que pode ser comprovado através de decisão do STJ, "Aplicação de medidas previstas no ECA deve considerar idade na data do fato Para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se a idade do menor na data do fato. Isso porque o estatuto visa à ressocialização do adolescente, por meio de medidas que atentem às necessidades pedagógicas e ao caráter reeducativo. Com este entendimento, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou habeas-corpus e manteve a medida sócio-educativa imposta a F.R.F. Aos 17 anos, F.R.F. foi alvo de representação por fato análogo ao crime de furto. Foi determinada, então, <i>medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, com advertência de que o não cumprimento da medida poderia acarretar sua internação</i>. O adolescente não cumpriu as condições impostas e foi chamado a juízo para apresentar justificção. No entanto, a Defensoria Pública de Minas Gerais pediu a extinção do processo, em virtude de F.R.F. já contar com mais de 18 anos de idade. O pedido foi acolhido em primeira instância, mas o Tribunal de Justiça de Minas entendeu que o ECA deve ser aplicado. Segundo o TJ-MG, aplica-se o ECA, se à época dos fatos, o agente contava com menos de 18 anos de idade, não importando tenha ele adquirido a maioridade penal, em virtude de o ECA adotar a teoria da atividade. A Defensoria Pública, então, entrou com pedido de habeas-corpus no STJ. Sustentou a extinção da medida sócio-educativa, porque o Estado não mais teria interesse de agir em relação ao rapaz, uma vez que ele já completou 18 anos de idade. De acordo com o relator, ministro Gilson Dipp, nos exatos termos do artigo 104, parágrafo único, para a aplicação das disposições da Lei 8.069/90, considera-se a idade do adolescente à data do fato. Admitir o contrário seria ir de encontro ao próprio intuito do ECA, afirmou. O relator esclareceu, ainda, que somente quando completar 21 anos de idade é que o adolescente deverá ser liberado obrigatoriamente. Desta forma, está ausente o constrangimento ilegal apontado pela defensoria Pública, concluiu o ministro. Idhelene</p>	INDEFERIDO

Concurso Público 01/2013 - Prefeitura Municipal de Buritirama

			Macedo http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=72841	
Mat.Alfabetizado	Q.17	2126	Questão Anulada	DEFERIDO
Mat.Alfabetizado	Q.19	2126	Questão Anulada	DEFERIDO
Mat.Motorista	Q.20	1529/1387/ 2064/785/ 1270/1946	Alternativa Correta Letra "E"	DEFERIDO
Nutrição	Q31	700/ 1308 / 1533	Questão Anulada	DEFERIDO
Nutrição	Q.38	700/ 1308	O(A) candidato(a) alega que a questão ficou sem resposta porque as alternativas "A", "B", "C" e "D" são afirmativas. Porém, como o enunciado diz: "São direitos do nutricionista, segundo o código de ética, exceto " e a letra "E" diz: "Nenhuma das alternativas está correta", significa que nenhuma das alternativas está respondendo a questão pretendida conforme o enunciado, já que todas são direitos do nutricionista pelo código de ética. Portanto, as alegações não possuem sustentação, o que leva a INDEFERIMENTO DO PLEITO . A questão deverá ser mantida.	INDEFERIDO

Consultte
Projetos
& Assessoria